

in "Formar"
Revista dos Formadores nº 56
de julho / setembro 2006

edições: DEFP, FSE e
Ministério do Trabalho e da
Solidariedade Social

A Educação e as "Novas Competências" para Todos

A reflexão que aqui proponho compreende vários andamentos e visa estimular o debate sobre as "novas competências" para todos e a aprendizagem ao longo de toda a vida. Serão quatro andamentos: uma evolução educacional positiva, mas com lacunas evidentes; uma comunidade internacional preocupada com a aquisição de "novas competências" face à Sociedade do Conhecimento; como tornar acessível a todos os portugueses a aquisição destas competências e a aprendizagem ao longo da vida; pequeno inventário de "deslizes" a evitar.

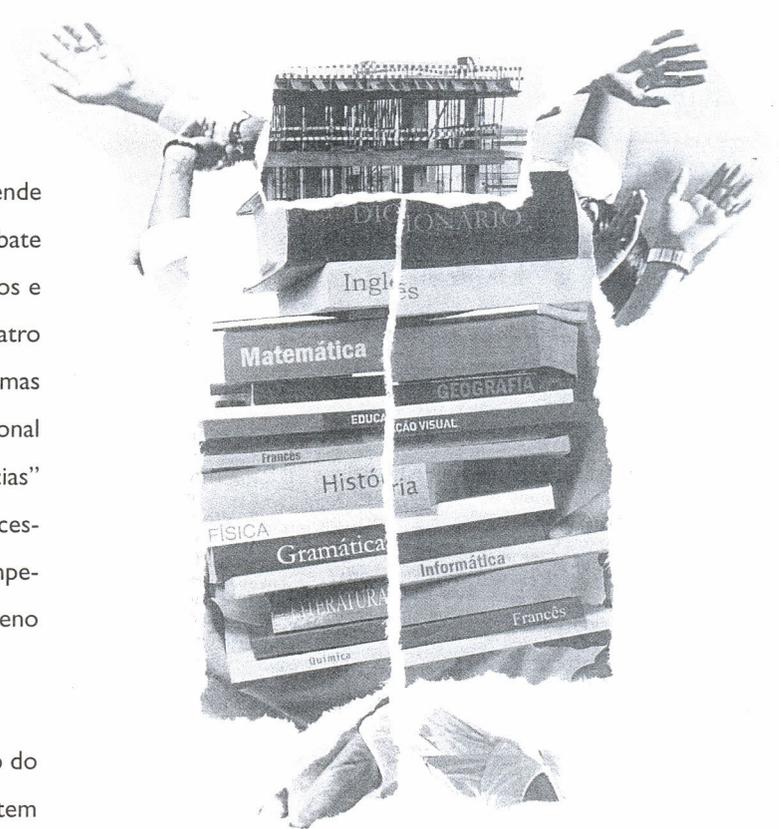
Todos estamos conscientes de que a recuperação do nosso atraso estrutural em educação e formação tem decorrido a um ritmo intenso desde a década de 1960. Em trinta anos, houve saltos qualitativos e quantitativos notáveis, seja nas taxas de escolarização (com destaque para os ensinos secundário e superior), seja na universalização de uma escolaridade básica de nove anos, seja ainda no incremento da educação pré-escolar e da formação profissional fora do contexto escolar formal.

Também sabemos que esta evolução rápida contém deficiências graves que se estendem desde a "ingovernabilidade" do sistema educativo e das escolas até aos resultados escolares dos alunos, passando pela persistência de fortes desigualdades sociais, tanto no acesso

aos vários graus de ensino como no sucesso escolar dos alunos.

As sociedades, hoje mais interdependentes, têm evoluído velozmente e não esperam pelas escolas, muito menos pelas escolas portuguesas. Quem, como nós, já se destacava pela negativa em 1970, hoje ainda mais se destaca, tal tem sido o ritmo de evolução positiva verificada nos outros países da União Europeia.

A problemática das competências das pessoas está na ordem do dia e o Governo português acaba de anunciar a prioridade que concede, no novo QREN





(2007-2013), à educação e formação profissional dos portugueses. Temos de prosseguir e melhorar drasticamente o investimento realizado na qualificação de todos os portugueses. A aprendizagem ao longo e toda a vida (e com a vida) para e por todos os cidadãos é hoje o desafio maior das sociedades, a porta que abre o século XXI (na expressão da UNESCO). Se é verdade que este objectivo estratégico vai sendo enunciado e desenvolvido um pouco por toda a parte, a relevância, profundidade e extensão das oportunidades/desafios que abre estão muito longe de uma cuidada ponderação e de uma real aplicação social, sobretudo junto das populações mais carenciadas e dos cidadãos mais vulneráveis.

Precisamos de cuidar de desencadear acções socioeducativas que cheguem junto de cada cidadão e que respeitem cada “rosto”, o outro enquanto outro, sem impor as “soluções” pré-formatadas a cada um.

Temos necessidade de equacionar dinâmicas muito diferenciadas em função de públicos, contextos, conteúdos, modalidades, metodologias e estratégias; temos de estar abertos a considerar uma enorme variedade de domínios de aprendizagem (saúde, ambiente, arte,

cidadania, parentalidade, desporto...) de áreas de especialização, em função de necessidades específicas de grupos humanos (adultos, crianças, deficientes, adolescentes, imigrantes); temos de mobilizar uma pluralidade de campos de saber, recursos e actores, pois só uma visão aberta ao imprevisto, uma prática problematizada, uma “pedagogia de proximidade” podem fazer da aprendizagem de todos ao longo da vida um novo trampolim de cultura e de civilização.

Diante das múltiplas manifestações da relevância da Sociedade do Conhecimento, a União Europeia, com particular ênfase desde a Cimeira de Lisboa de 2000, definiu um objectivo estratégico: fazer da Europa a economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do Mundo, capaz de sustentar um crescimento económico com mais e melhores empregos e maior coesão social. Na sequência desta proclamação estratégica em torno do Programa de Trabalho “Educação e Formação 2010”, tem sido possível definir melhor os rumos concretos a seguir.

No que se refere às competências-chave que importa desenvolver em toda a União Europeia (entende-se

por competências-chave o conjunto de conhecimentos, competências e atitudes transferíveis e multifuncionais de que todos os indivíduos precisam para a sua realização pessoal, para a inclusão social e para o emprego), estas competências devem estar desenvolvidas no fim da escolaridade obrigatória e actuar como uma fundação onde apoiar a formação contínua como parte da aprendizagem ao longo de toda a vida.

São considerados três elementos centrais: a realização pessoal e o desenvolvimento pessoal ao longo da vida (capital cultural), o fomento de uma cidadania activa e da inclusão social (capital social) e a empregabilidade, entendida como a capacidade para obter e manter um emprego decente no mundo do trabalho (capital humano).

O Quadro em baixo procura reunir e definir estas competências.

Compulsadas esta e outras fontes de informação sobre as quais já escrevemos em outras ocasiões (ver Bibliografia), podemos concluir que:

- a) Há um grande acordo em torno das seguintes competências nucleares, a que todos os cidadãos da União Europeia devem ter acesso:
 - numeracia e literacia;
 - competências básicas em matemática, ciências e tecnologia;
 - domínio de pelo menos uma língua estrangeira;
 - espírito de empreendimento;
 - competências em TIC.
- b) Existe uma concordância muito generalizada sobre a necessidade de desenvolver competências de ordem

| "Competências-chave" (Programa de Trabalho Educação-Formação 2010) | |
|---|--|
| Comunicação na Língua Materna | Capacidade para exprimir pensamentos, sentimentos e factos de forma oral e escrita (ouvindo, falando, lendo e escrevendo) e interaccionar linguisticamente de modo apropriado num vasto conjunto de contextos sociais – trabalho, casa, tempo livre. |
| Comunicação numa Língua Estrangeira | |
| Literacia Matemática e Competências Básicas em Ciência e Tecnologia | Capacidade para usar adição, subtração, multiplicação e divisão e estabelecer rácios no cálculo mental e escrito; conjunto de conhecimento e a metodologia empregue para explicar o mundo natural; aplicação do conhecimento para modificar o meio natural como resposta às necessidades e vontades humanas. |
| Competências em TIC | Uso da tecnologia multimédia para encontrar, armazenar, criar, apresentar, interpretar e trocar informação. |
| Aprender a Aprender | Disposição e capacidade para organizar e regular a sua própria aprendizagem, gerir eficazmente o seu tempo, resolver problemas, adquirir, processar, avaliar e assimilar novos conhecimentos e aplicar conhecimentos e competências numa variedade de contextos. |
| Competências Interpessoais e Cívicas | Ser capaz de participar de modo eficiente e construtivo na vida social e interaccionar nas relações um-a-um e em grupo. |
| Empreendimento | Propensão para cada um induzir mudanças próprias e capacidade para acolher, apoiar e adaptar a inovação que surge de factores externos. Assumir responsabilidade pelas suas acções, positivas e negativas, desenvolvendo uma só estratégia, estabelecendo objectivos e alcançando-os, e estar motivado para obter sucesso. |
| "Interesse" Cultural | Apreciação da cultura popular e dos costumes sociais em geral e capacidade para apreciar literatura, arte, música e outras formas de expressão criativa. |

Fonte: Relatório de Progresso do Grupo de Trabalho "Basic skills...", do Programa de Trabalho Educação e Formação 2010, Comissão Europeia, DG Educação e Cultura, 2003.

social, ou *soft skills*, como alguns lhe chamam, entendendo-se por isso:

competências de relacionamento interpessoal (trabalhar em equipa com os colegas, ter capacidade de comunicação interpessoal e de diálogo);

competências comportamentais (ser responsável e empenhado, ser dinâmico e motivado, ter vontade para aprender, a cada momento, ao longo de toda a vida);

competências de enquadramento organizacional (ser assíduo e pontual, trabalhar em cooperação com os colegas e as equipas de trabalho, saber aplicar orientações superiores e saber fazer sugestões de melhoria da organização);

competências de autonomia pessoal (ser autónomo e possuir espírito de iniciativa, participar na resolução de problemas novos, ser criativo e ter capacidade de inovação).

Importa perguntarmo-nos sobre o modo como o sistema escolar se organiza e prepara para desenvolver estas competências, não apenas de modo implícito, mas também de modo explícito, e como é que a aprendizagem ao longo da vida responde a estes desafios.

Várias questões se colocam na hora de equacionar a necessidade de colocar em prática estas orientações genéricas fruto, elas próprias, de muitas experiências em curso, no terreno social, por toda a Europa.

Uma questão central emerge naquilo que se chama “Sociedade do Conhecimento”: como podemos, todos os portugueses, ao longo de toda a vida, adquirir, aprofundar e actualizar saberes e competências? Para respondermos à pergunta, consideramos cinco palavras-

-chave como portas abertas e interligadas para outros tantos conceitos e áreas temáticas:

Individualidade: cada pessoa é uma história e uma vida interior únicas, com uma capacidade inalienável em ordem à perfectibilidade e à realização humana, qualquer que seja a situação concreta em que se encontra, requerente de um olhar repleto de esperança;

Perfecibilidade: cada ser humano, na sua relação com o outro, é um ser em desenvolvimento (“educável”), que aprende sempre, assim lhe sejam proporcionadas as condições adequadas qualquer que seja a sua condição (etnia, género, estatuto social, local de vida, etc.) e aprender desde logo na vida, com a vida, uns com os outros (a aventura de cada um e de todos revelarmos a nossa humanidade);

cada cidadão e todos os cidadãos precisam de poder usufruir das condições de acesso à aprendizagem ao longo da vida, problemática que evidencia uma atenção muito especial para com todos aqueles que mais afastados estão do acesso ao usufruto dos bens educacionais e culturais, as populações em risco, as “margens” de vulnerabilidade, os esquecidos na acção social;

Proximidade: só na comunidade de vizinhos e ancorados em relações de proximidade é possível equacionar uma aprendizagem ao longo da vida para todos e para cada um¹, pois as possibilidades de desenvolvimento

¹ Seria interessante visitar o sítio da dinâmica comunitária socioeducativa TCA – Trofa Comunidade de Aprendentes, que se desenvolve no município da Trofa desde 2003 (www.trofatca.pt).

humano precisam de ser apreendidas, comunicadas, estimuladas, acarinhadas, acompanhadas e reconhecidas;

Os recursos os recursos educacionais das comunidades são muito mais vastos e ricos do que alguma vez imaginamos. Precisamos de os conhecer, inventariar, reconhecer, trazer à luz as suas riquezas, gerando mais e mais implicação e fomentando não apenas laços mas compromissos claros na promoção do bem educacional comum (autarquias, centros de saúde, bibliotecas, empresas, museus, associações culturais, centros juvenis, casas de cultura, misericórdias, clubes, jornais...);

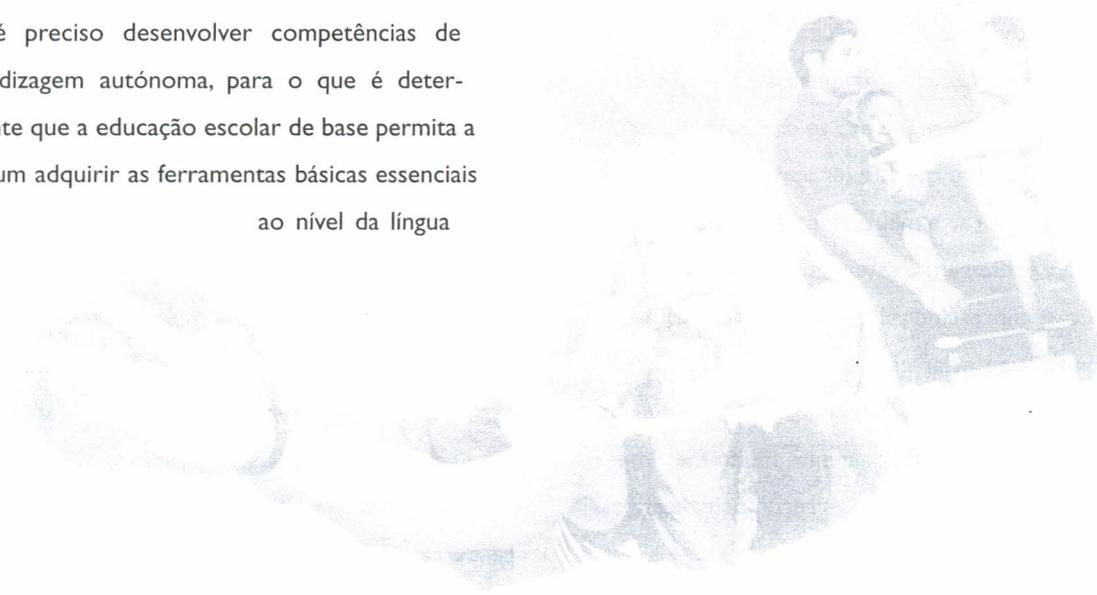
Para quem aprende para quem aprende é decisivo o estímulo e incentivo dos demais cidadãos e instituições sociais. Ora, os saberes e as competências adquiridos por cada um devem ser reconhecidos socialmente, o que requer processos abertos, acessíveis, flexíveis e rigorosos de validação e até de certificação, quando for caso disso.

Desde as mais tenras idades desde as mais tenras idades é preciso desenvolver competências de aprendizagem autónoma, para o que é determinante que a educação escolar de base permita a cada um adquirir as ferramentas básicas essenciais
ao nível da língua

materna, da leitura, da escrita, do cálculo, da compreensão da história e da sociedade locais, da expressão artística, das ciências e das técnicas. Sem alicerces sólidos, o acesso hoje facilitado a caudais infindáveis de informação traduz-se no acesso à sela mais indecifrável. Aqui, nesta fase inicial, ninguém pode ser deixado para trás.

Com base na experiência de muitos cidadãos e na minha própria, creio ser útil alinhar um conjunto de “conclusões bebidas na prática”, típicas de quem trabalha na educação e formação com muitos portugueses, numa perspectiva de aprendizagem para todos ao longo de toda a vida. Com os erros e os sucessos temos vindo a aprender muito. Ficam algumas breves “notas de aprendizagem” de quem se dedica (só se pode fazer com esperança) ao fomento e melhoria das aprendizagens.

Não há pessoas que não aprendem. Cada um e todos aprendem e ao longo de toda a vida, desde logo



na vida com a vida, na viagem única e breve sobre a terra. Se não acreditarmos profundamente nisto, não vale a pena qualquer empreendimento educacional.

Ninguém se des-envolve sozinho (já tantos o disseram tão bem!), a comunidade local é preciosa para o desabrochar de cada um, assim queiramos, instituição e pessoas estar próximos de cada um, sobretudo dos que quase ninguém rodeia.

Aprender não é sobretudo estar prisioneiro de salas de aula e de formadores “chapa CAP” ou de qualquer outra “chapa” (embora necessárias), pois aprende-se muito quer na relação interpessoal de disponibilidade e cuidado, quer no fazer isto e aquilo, quer no trabalho e no viver (e como se aprende!).

A aprendizagem ao longo da vida não é só um conjunto de cursos e catálogos de cursos pré-formatados, “intervenções” programadas segundo esclarecidas “estratégias” para atingir “públicos-alvo” preestabelecidos, como se de um jogo de guerra se tratasse.

Não basta construir uma boa oferta (um belo projecto local) e esperar que os cidadãos “que precisam” apareçam (o público-alvo!); é melhor começar por estar próximo, ouvir, comunicar, estabelecer laços e compromissos e daí fazer nascer os pequenos projectos que são resposta para cada momento (e daí fazer nascer).

A mediação entre quem quer aprender, ainda que apenas o saiba esboçar e mal, e os projectos e oportunidades de aprendizagem existentes e a criar é um trabalho árduo e imprescindível que exige capacidade de ouvir, respeitar e apreciar os pequenos passos do desabrochar humano e cidadão, de valorizar e estimular um trabalho rigoroso e profissionalmente muito exigente.

O principal problema com os recursos educativos de uma comunidade não é a sua quantidade, é a sua articulação, intercomunicação e convergência em dinâ-

micas precisas, concretas, úteis às pessoas concretas. As escolas são apenas uma parte (muito importante e insubstituível) dos recursos educativos de uma comunidade, recursos estes que se devem mapear, contactar, envolver em dinâmicas concretas, mobilizando o que cada instituição e pessoa têm para dar.

Além das câmaras municipais, as juntas de freguesia, órgãos mais próximos dos “vizinhos”, são essenciais na geração, apoio e desenvolvimento de dinâmicas socio-educativas comunitárias. Quando os actores sociais de uma comunidade apostam a sério e ao longo de anos na educação e na aprendizagem de todos ao longo de toda a vida nada fica igual, até as paredes se movem, sem que alguma vez isso tivesse sido sequer previsto. Quando instituições da comunidade e escolas trabalham com os pais, em dinâmicas socioeducativas, cresce imediatamente a participação dos pais na vida das escolas e no acompanhamento das aprendizagens escolares dos seus filhos.

Podemos celebrar inúmeros protocolos e acordos e nunca chegar a alcançar qualquer compromisso concreto de alguém com alguém.

A certificação não é um milagre, mas o resultado de um caminho percorrido que implica sobretudo o reconhecimento social de cada um e de percursos de aprendizagem realizados, quantas vezes, fora de qualquer instância formal e com enorme esforço pessoal.

O modelo escolar é modelo hegemónico nas práticas de aprendizagem ao longo da vida, fora dos ambientes escolares, o que é muitas vezes um entrave enorme às aprendizagens e estas apelam sobretudo para outros modos, tempos, espaços, métodos... para outra liberdade e responsabilidade.

No actual contexto económico e social há uma grande parte das nossas empresas que se baseiam no “equilíbrio das baixas qualificações e baixos salários”, e

que a produtividade marginal dos acréscimos de qualificação que cada trabalhador possa realizar são, logo à partida, baixos ou nulos. O voluntarismo tem limites!

Desemprego, a precaridade dos vínculos laborais e todo um vasto conjunto de transformações do mercado de trabalho, envolto agora numa enorme incerteza, têm acentuado os comportamentos defensivos por parte da maioria dos assalariados, de quem se poderia esperar uma atitude mais ofensiva e mais ligada à melhoria do desempenho (onde as novas competências têm um papel central).

As TIC são instrumentos, meios com uma função muito precisa e limitada, não só panaceia para coisa ne-

nhuma e poucas vezes são usados, para já, como instrumentos úteis de apoio às aprendizagens concretas. O paradigma da aprendizagem ao longo da vida veio descentrar e multiplicar os centros educativos e alterar os tempos, os espaços, os modos, as modalidades de ensino e de aprendizagem, introduzindo uma tal complexidade e flexibilidade que têm arrastado o “sistema educativo” para uma crise sem precedentes, na qual ainda se debate.

Como diz Mia Couto, nesta ou noutras mudanças de vida e das sociedades, ao andar encontramos mais pedras que caminho. Mas temos a graça de aprender, sempre.

BIBLIOGRAFIA

Associação Industrial Portuense, *Os Empresários e o Mercado do Primeiro Emprego. Estratégias de Recrutamento*, 1998 (policopiado).

AZEVEDO, Joaquim, *Comunidades (de) Aprendentes. Um Futuro outro para as Cidades e para os Cidadãos*, Porto, 2001 (policopiado).

AZEVEDO, Joaquim, *Programa de Trabalho sobre a Educação e a Formação na Europa: Que Pontes para o Mundo do Trabalho?*, Vila Real, 3 de Dezembro de 2003 (policopiado).

AZEVEDO, Joaquim, *Redes, Territórios e Comunidades de Aprendizagem – Relatório da Disciplina do Curso de Mestrado em Ciências da Educação, Especialização em Pedagogia Social*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2006.

BAPTISTA, Isabel, *Dar Um Rosto ao Futuro. A Educação como Compromisso Ético*, Porto, Profedições, 2005.

BAPTISTA, Isabel, «Para Uma Pedagogia de Proximidade Humana: a Educação no Coração das Comunidades», in Peres, Américo e Lopes, Marcelino (coord.), *Animação, Cidadania e Participação*, [s.l.] APAP, 2006, pp. 243-248.

Comissão Europeia, DG Educação e Cultura, Relatório de Progresso do Grupo de Trabalho “Basic Skills...”, do Programa de Trabalho Educação e Formação 2010, Bruxelas, 2003.

European Ruonde Table od Industrilaists, *Education for Europeans. Towards the learning society*, 1995.

European Ruonde Table od Industrilaists, *Investing in Knowledge. The integration of technology in European Education*, 1997.

TCA, Trofa Comunidade de Aprendentes, em www.trofatca.pt

